

destacando, ainda, a necessidade de consolidação de parcerias em defesa dos direitos das populações indígenas, mesclando conhecimento acadêmico e ancestrais.

“É importante que firmemos parcerias para fortalecer ações em busca de direitos e consolidação dos territórios dos povos indígenas”, frisa Manchineri, lembrando que, hoje, pelo menos 70% das terras demarcadas pela União estão invadidas. “É passada a hora de vivermos com dignidade, de consolidarmos esses territórios nas mãos dos nossos povos, de fortalecer a cultura e a economia familiar, com conhecimento na área de gestão”, completou.

Ação histórica

Coordenadora da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (Fepoimt), Dineva Maria Kayabi, alertou para a necessidade de empenho na luta pelos direitos de todas as etnias que resistem no país. “Plantamos, aqui, uma boa semente. Saímos mais fortalecidos, mas ainda há muito trabalho pela frente”, disse, destacando a ação histórica da FGV.

Coordenadora adjunta do Programa Povos Indígenas (PPI) do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Marcela Menezes frisou que as duas semanas de formação foram decisivas para que as lideranças coloquem em prática os conteúdos de gestão pública ministrados durante o treinamento. “Sabemos que é um grande desafio assumir liderança indígena em suas regiões após quatro anos de franco retrocesso”, disse, anunciando que o IEB está concluindo uma nova etapa para auxiliar as lideranças, que garantirá o aprofundamento de conteúdos em uma plataforma virtual.

Professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da FGV e coordenador executivo do Programa de Gestão Pública para Lideranças Indígenas, Bernardo Oliveira Buta destaca que a retomada de formação de lideranças indígenas é um momento histórico. “São lideranças que chegaram para assumir cargos em importantes órgãos, como a Funai, ocupados no governo passado por militares. Caberá a eles definir políticas públicas, traçar planejamentos estratégicos sem que haja espaço para erros”, disse. “É uma semente que plantamos e que vai ajudá-los a definir as melhores armas na luta pelos direitos dos povos indígenas.”



Representante da população Macuxi, do estado de Roraima, Alzirene Barbosa da Silva exhibe o certificado da FGV



“É uma semente que plantamos e que vai ajudá-los a definir as melhores armas na luta pelos direitos dos povos indígenas”

Bernardo Buta, Professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da FGV e coordenador executivo do Programa de Gestão Pública para Lideranças Indígenas



Edinho: parcerias e elos de fortalecimento



Manchineri: aprendizado e articulação política

Momento oportuno

Importante ferramenta para entender o funcionamento de órgãos públicos, suas etapas administrativas e os devidos processos a serem seguidos para atingir uma correta gestão, com transparência e eficiência, o treinamento de gestão pública para lideranças indígenas, realizado na FGV Brasília, veio em momento mais que oportuno para a representante da população Macuxi, de Roraima, afirma Alzirene Barbosa da Silva, 27 anos.

“Era uma necessidade que nos deixava muito apreensivos. Enfrentamos, por anos a fio, grandes dificuldades para lidar com órgãos públicos. Agora, com o devido conhecimento, reforçaremos a responsabilidade de contribuir, ajudar a fortalecer a participação indígena na gestão pública. Com esse aprendizado e essas novas ferramentas, vamos gerenciar de forma mais eficaz nossas organizações”, diz Alzirene.

Para o coordenador do Conselho Indígena de Roraima, Edinho Macuxi, 43, o treinamento apontou os desafios a serem enfrentados de forma clara e objetiva. “O processo básico implica lançar um olhar mais social sobre nossas populações, entender que há deveres e obrigações. E que cabe a toda a sociedade participar ativamente de todo esse resgate que vamos promover”, disse, apontando como outro grande fator positivo no evento a possibilidade de intercâmbio e troca de experiência entre as lideranças.

“Vislumbramos parcerias, elos de fortalecimento de políticas indígenas para que possamos encarar da melhor maneira o grande desafio da gestão pública”, completa Macuxi, lembrando o tratamento dispensado a seu povo pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). “Foi um período de total desprezo, de falta de recursos. Chegamos a contratar avião para socorrer pessoas em estado grave. Isso sem contar as pistas não homologadas abertas na mata”, lembra.

Representante da população Manchineri, do Acre, Júnior Manchineri, 22, se diz, agora, melhor preparado para enfrentar a burocracia vigente no serviço público. “Esse aprendizado nos garante maior articulação política para entender e enfrentar a máquina estatal. Foi um importante passo para vermos como funciona a administração pública, os métodos estabelecidos. Nos orientou

a como propor, de forma direta e clara, de licitações a emendas parlamentares. Enfim, não falhar, entender a exata dimensão de como seremos norteados nesse novo cenário”, comemora.

Em comum entre os participantes, o anseio de melhores dias, sobretudo nas áreas de educação, saúde e segurança. Manchineri aponta como “sinal dos bons tempos” a criação e reconstituição de seis grupos técnicos (GTs) da Funai para identificação e delimitação de terras indígenas no Acre, Amazonas, Rondônia e Rio Grande do Sul como uma das principais conquistas recentes de toda a população indígena brasileira. “É emocionante, gratificante ver ações como esta. Vivemos, de fato, um momento histórico”, diz.

Grupos técnicos

Um dia antes da conclusão do curso de formação de lideranças indígenas na FGV, a Funai anunciou a criação e reconstituição de seis grupos técnicos para identificação e delimitação de terras indígenas no Acre, Amazonas, Rondônia e Rio Grande do Sul.

Os atos foram assinados em 19 de abril pela presidenta da Funai, Joenia Wapichana, que reforçou a importância da valorização dos servidores da instituição, destacando os responsáveis por processos de demarcação. “Não basta ter uma legislação se não há quem execute as ações. Esse também é um dia muito importante para os servidores da Funai porque reconhece a relevância do trabalho desenvolvido por eles”, assinalou.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, lembrou que ainda há muito a avançar e mencionou as conquistas recentes dos povos originários, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas, trazendo a pauta indígena para o centro das discussões e decisões. Segundo ela, no entanto, ainda há muito a avançar. “Temos que fazer com que a sociedade não-indígena também veja a pauta indígena uma prioridade que deve estar no centro do debate político, não só com a nossa presença, mas com o reconhecimento, mudança de postura e respeito aos nossos modos de vida e à Constituição Federal, com o cumprimento da demarcação dos territórios indígenas, essenciais também à proteção da biodiversidade”, disse.